



Projeto DGM | FIP | BRASIL

OFICINAS DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO E DO EDITAL I/2016.

Brasil, Março de 2016.



Oficina de Brasília - 24/02 a 26/02/2016



Oficina de Imperatriz - 29/02 a 02/03/2016



Oficina de Cuiabá - 03/03 a 05/03/2016

Sumário

Introdução	4
Participantes	5
SÍNTESE DOS TEMAS TRATADOS NAS OFICINAS.....	12
AVALIAÇÃO DAS OFICINAS.....	23

Introdução

O Projeto Mecanismo de Doação Dedicado a Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Programa de Investimento Florestal Brasil (DGM/FIP/Brasil) faz parte do Programa DGM Global e é um fundo de apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro. Este fundo, que terá a duração de cinco anos, apoiará projetos que evitem o desmatamento e a degradação do cerrado, promovendo a proteção e conservação dos recursos naturais (especialmente florestais), a inclusão social e o protagonismo destas populações nos processos de discussão e tomadas de decisões no âmbito das políticas relacionadas às mudanças climáticas no âmbito local, nacional e global. Através destes projetos, serão promovidas também ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A realização de Oficinas de divulgação é uma das estratégias definidas pelo Comitê Gestor Nacional do DGM Brasil para divulgar a iniciativa e seu primeiro edital, discutir os temas centrais, detalhar os tipos de projetos apoiados, valores e prazos de execução, avaliação e aprovação das propostas, além de esclarecer dúvidas. O Projeto DGM Brasil realizou oficinas de divulgação do Edital I/2016 em Brasília (DF), Imperatriz (MA) e Cuiabá (MT).

O processo de construção da oficina se constituiu de chamada às organizações e entidades que trabalham ou são constituídas por povos e comunidades tradicionais, e de seleção de interessados. Cada organização pôde indicar 1 representante que participou da oficina na sua área de abrangência. Os participantes foram selecionados levando-se em consideração a representatividade da instituição, o tipo de instituição (se comunitária ou de apoio), a sua articulação regional e disponibilidade de multiplicar a informação/divulgação do edital, a distribuição geográfica no bioma cerrado e a participação de diferentes segmentos (indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, instituições do meio educacional e científico).

Destinadas às organizações representativas de Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e organizações de apoio, cada oficina teve um público diverso que totalizou 168 participantes. As oficinas ocorreram entre 24 de Fevereiro e 5 de Março de 2016.

Tabela 1 – Oficinas de divulgação do Edital I/2016

Local	Estados Participantes	Data	N° de participantes
Brasília- DF	Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Distrito Federal.	24/02 a 26/02/2016	60
Imperatriz – MA	Maranhão, Piauí e Tocantins	29/02 a 02/03/2016	58
Cuiabá – MT	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	03/03 a 05/03/2016	50

Participantes

Oficina Brasília-DF		
Agência 10envolvimento	Abner – oeste da Bahia	BA
APOINME	Cacique Anália Tuxá	MG
APOINME	Gilberto Barros Cacique Tuxá Kiona há Muquém do são Francisco - BA	BA
ARPIT- Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins MOPIC DGM – CGN	Srewe Xerente	TO
ASIXNOR	Juliana Assis Campinápolis – MT	MT
CAV - Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica	Sueli Gomes Turmalina- MG	MG
CDDH – Margarida M. Alves	Sônia Novaes Moraes – São Paulo	SP
Centro de Defesa dos Direitos Humanos	Luciano Garcia Campinas – SP	SP
CODECEX- Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas	Tatinha – Diamantina	MG
Comunidade de Pedras –Quilombola	Maria José – Januária - MG	MG
Comunidade de Riacho da Cruz	Júlio Butula Januária	MG
Comunidade Quilombola	Fabício – Ubaí	MG
Comunidade Quilombola da Onça	Eva – Januária- MG	MG
Comunidade Quilombola Paracatu	Roger Souza – Ubá - Mg	MG
CONAQ – quilombo Gorutuba	Edna Correia – Jaíba	MG
CONAQ- Federação das Comunidades Quilombolas - MG	Sandra M. S. Andrade Comunidade quilombola de Carrapatos – Bom despacho – MG	MG
COOPER- Riachão	João Elias – Montes Claros	MG
COOPERAÇU	Arlinda Comunidade Vereda Grande Januária	MG
EFA de Veredinha	Clebson S. de Almeida V. do Jequitinhonha	
Federação Quilombola - MG	Gilberto	MG
Federação Quilombola de Minas Gerais	Agda Belo horizonte	MG
FUNAI – Brasília	Marco Antônio do Espírito Santo	DF
FUNAI / Comitê gestor	Gabriel Guimarães	

FUNATURA e Cáritas Januária	Joel Sirqueira Januária – MG	MG
Fundação Mais Cerrado – Instituto Avaliação	Carla Gualdani	
Instituto Giramundo Mutuando	Luís Renato Lopes Botucatu – SP	SP
Instituto Pró-terra	Guilherme – Jaú	SP
Instituto Rosa e Sertão	Damiana	MG
ISPN	Renato Araújo	DF
Santuário dos Pajés	Kamu Dan	DF
MOPIC - Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado	Juvana - Xakriabá Associação Aldeia Barreiro Preto	MG
MOPIC- Mobilização dos povos Indígenas do Cerrado	Mauro Terena	
Movimento Geraizeiro	Adeir - Januária	MG
Olhar etnográfico	Francisco Delano Brasília	DF
ONG Mutirão Agroflorestal	Igor Aveline Brasília	DF
P.A. São Francisco	Antônio Formoso- MG	MG
Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Goiás	Manoel Moreira – vice prefeito	GO
Quilombo Bom Jardim	José dos Passos São Francisco - MG	MG
Quilombo do Retiro dos Boi	Maria Helena - Januária	MG
Slow Food Brasil	Jean Marconi – Brasília	DF
UFVJM	Jean Costa da Silva – Unaí	MG
UNIARA	Raimundo - Araraquara	SP
UNICAFES Nacional	Dalva Lopes – Brasília	DF
UNIX	Waithy Xerente, aldeia XTENPO - Tocantínia	TO
Xacriabá	Valdomiro Buda Aldeia Várzea grande Itacarambi - MG	MG

Oficina Imperatriz/MA		
Associação Indígena PIKA MEX	Nayane Januário	TO
Associação de Produtores da Região de Cajueiro	Vicente Coelho Palmeirante	TO

ACONERUQ-Associação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas		
AMIQCB; Conselho Nacional de Quebradeiras de Coco; CNPCT ; DGM	Maria do socorro Quixeramobim Morro da Praia	TO
AMES - Piraquê	Joana Barbosa – com. tradicional Município Piraquê	TO
AAPPC	Ronaldo Silva– Carolina,	MA
ABM - Associação pequenos produtores Bezerra de Morais -	José Carlos Povoado Solta - Carolina	MA
AJR Associação de Jovens Rurais	Jessé Lima da Silva- - Médio Mearim	MA
APA-TO	João Palmeira- coordenador técnico	TO
Apian – Associação Piauiense dos Amigos da Natureza – Piauí- - Entidade de Apoio a Organizações de Comunidades Tradicionais	Avelar Ameida	PI
APM	Cacique Davi _KRIKATI	MA
APROFACO- Associação de Produtores da Fazenda Cocalinho	João Domingos Tocantínia	TO
	Arlete Krikati	
ASMUBIP – REGIONAL BICO DO PAPAGAIO- TOCANTINS	Luzanira- cidade de Caxias do Maranhão	TO
Associação da Comunidade Gavião da Aldeia Riachinho	João Grossa gavião	MA
Associação Comunitária Indígena Aldeia Nova	João Carneiro B. Gavião	MA
ASSEMA – Pedreiras	Silvianete- equipe técnica/ apoio às quebradeiras	MA
Associação Apanjêkra Canela	Paulo Thygran Canela – aldeia Porquinhos Município de Fernando Falcão	
Associação de Pais e Mestres Indígena Krikati	Jair Krikati Montes Altos	MA
Associação dos Apicultores de Nova Olinda	Charles Dias da Silva	
Associação dos Artesão Extrativistas do Povoado de Mumbuca	Ilana -- município de mateiros – comunidade de Mumbuca –Jalapão	TO
Associação Indígena AINI	Devanir Xerente - Tocantínia	TO
Associação Wyty–Caté - Instituição trabalha com seis terras indígenas no Maranhão- faz parte da rede cerrado	Jonas Polino – do povo gavião	MA
ATRAMAG – Resex Mata Grande	Antônio da Conceição Souza	MA
Polo krikati APM	Cacique Davi	MA
CEMEAR – Centro Maranhense de Estudo Socioambiental e Assessoria Rural	Marcos Aurélio Imperatriz – Trabalho com povos indígenas Guajajara	MA

CENTRU – MA	1-Pedro Paulo – Imperatriz 2-Maria Denize 3-Manoel da Conceição	MA
Cipk –Conselho Indígena População Krikati	ARINEL PATEP KTIKAT Montes Altos - sul do MA	MA
COAPIMA Associação wytycatsh – representa Maranhão e Tocantins	VALDINIZ PYHTRY KRIKATI- povo indígena krikati/coordenador técnico povo krikati –	MA e TO
COEQTO – Coord. Form. Educação	1- Jorlando – comunidade São Vicente Araguatins 2- Cida Souza – povoado do Prata - Jalapão 3- Lourivaldo Souza – Comunidade Quilombola Kalunga	TO
Colegiado territorial do cerrado sul maranhense (ATER)	Aldecir Pereira Balsas	MA
Comunidade Quilombola de Soledade	Francisca Ramos de Souza, município de Caxias- Maranhão	MA
Comunidade Quilombola de Lajeado – município de Dianópolis-TO	Laura Gualberto	TO
Comunidade Quilombola de Munbuca	Ilana Cardoso	
COOTAPI – Teresina -PI	Anastácio – assessoria a agricultura familiar	PI
COOPEVIDA	Marenice – São Raimundo das Mangabeiras	MA
COOPTER, Cooperativa de Assistência técnica/ assessoria - Palmas – Araguatins - Tocantins	Manoel Alves	TO
COPPALJ médio Mearim Cooperativa dos Pequenos Produtores do Lago do Junco	Valdener Miranda	MA
DGM	João Nonoi krikati	
Ecoterra – apoio a comunidade indígena	Fernando - Palmas	TO
Francisca Ramos de Souza	Comunidade Quilombola de Soledad Caxias - MA	MA
FUNAI / organização- sede em Imperatriz-MA	1-Edilena Cricati assist. técnica CRMA 2-Daniel Cunha – coord. Regional 3- Renan chaves CTC – Kanela- Barra do Corda	MA
Fundação Velho Monge	Jaqueline Terezina – Piauí	PI
ICMbio	Resex Ciriáco – Fernúbia Ferreira	TO
Instituto Zerbini – apoio a comunidades tradicionais e quilombolas	Flaubert Franco Araguaína	TO
ISPN – Maranhão	Rutiane Pereira – coordenadora –escritório Santa inês	MA
ITEC/ GTA/ CNPCT	João Bosco campos – Palmas	TO
João – assistente social- assentamento		
Maria – cooperativa agroecologia – região sul do Maranhão		MA

MOPIC- mobilização dos povos indígenas do cerrado.		
Naturatins	Rodrigo _- Palmas Tocantins	TO
OIKX- ORGANIZAÇÃO INDÍGENA KTÊPO Xerente –	Terra indígena XERENTE E FUNIL Hesukamekawa da Mata de Brito	
OSC – Grupo Sociocultural e Ambiental Cem Modos	Assessoria a comunidades quilombolas Santa Rita, rosário, Cantanna, Itapecuru, Mirim, Axixá, Icatu e Bacabeira (baixo Itapecuru)	MA
PEMPXÁ – União das Aldeias Apinagés	Oscar de Souza Apinagé - Povo Apinagé – representa reunião das aldeias apinagés	TO
Presidente da Associação de – Tocantins		
- organização de Santa Rita, norte de Maranhão	Raimundo Muniz Carvalho	MA
REAPI - Rede ambiental do Piauí	Tânia Pasquim	
Rede Cerrado, CGN/ DGM	Mayk Arruda	MA-PE
Reinaldo- Coordenação de formação-quilombola- Mun Arraias		TO
AMAB- Projeto Xambiart	Santana Barreto- Xambioa – Tocantins	TO
Associação Wyty Caté	Vanusa Babacy	MA
Vladimir Rodiporo Canela- representando Memortuire Canela	Aldeia Escalvado Município de Fernando falcão	

Oficina Cuiabá/MT		
Instituto Chico Mendes	Fernando Xavier	MT
MUPAM- Mulheres em ação no Pantanal -MS (consórcio TICCA)	Áurea Garcia	MS
SEAF	Doraci	MT
Comunidade Quilombola Nª Sª Aparecida do Chumbo	Maria Conceição Pizoto	
Associação (Agriverde) Poconé	Andrelina de Oliveira	MT
REJUIND - Rede de Juventude Indígena	Ro'otsina, Povo Xavante – Aldeia Namunkurá – TI S.Marcos	MT
Niorsch. Haukina	Alexandra: ML	
COMPRUP/ COOPECENTRAL	Luís Carlos	MT
CTA	Báguio	MT
CONSEA – MT	Aída	MT
Conselho de Educação Escolar Indígena	Rosa Maiate	MT
FASE – MT	Cidinha Fran Paula	MT
Associação de Produtores Rurais S. Manoel do Pari. N. S. do Ito – MT		MT

Quilombo Urbano Capão do Negro	Elizeu da Silva Xum Xum Várzea Grande	MT
ECOIA- Ecologia e Ação	INGRA	MS
Quilombo Bocaina	Deuza Paiva Porto Estrela- MT	MT
CAIANAS - Coletivo Ambientalista Indígena em Ação para a natureza, agroecologia e Sustentabilidade	Gerson	
UFMT - GECA – Grupo de Estudos -	Onélia Carmem Rossetto Nely Tocantins	
ARPEP – Cáceres- n. S. da Guia	Gricák. S. Cateân	
Instituto Yukamaniru – (apoio às mulheres Bokairi)	Dorothy Mayrotaukane	
Retireiros do Araguaia	Amaury Taverny Oliveira Luciara- MT	MT
	Estevão Taukane Povo Indígena Kuna Bakairi	MT
DGM - CGN	Valcélvio Terena - CG	MS
APOMS - MS	Mariely Abreu	MS
Quilombo Baixo/ B. Bugres	Rafael Bento Maria Helena Dias	MT
Mopic -	Hiparid Toptiro – Xavante	MT
IMUNE – Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso	Jackeline Silva	MT
Retireiro do Araguaia DGM - CGN	Jossiney E. Silva - CG	MT
Associação Makakoxi Myky	Makakoxi Myky	MT
Instituto ECOSS	Sílvia	
Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras	Cláudia de Pinho	MT
CENEG – MT	Edilberto	MT
FUNAI – CR Xavante	Maira T. Ribeiro	MT
Associação Nautukis Pisiors		
Associação Xavante Warã	Felix Tsiwepdsd Terra Indígena São Marcos	MT
Supir - MT	Antônio Santana	MT
NG Indigenista Abhwawe	Lúcio W'ate Xavante	MT
APIC	Maria Graziiele S. PT – Portal do Encantado Etnia Chiquitana	
	Jaci – Serragem – Livramento	
GRUCON- MT	Dagmar Arantes	MS
CONAQ/ COODENOR - MT		
Associação Indígena Terena de Produtores Rurais	Miguel/Jordão	

AAP	Leandro Parinai – Xavante T. Indígena	
Associação Xavante Wãra / MOPIC	Tseredzaro T. I. Sangradouro	
Acorquirim	Laura	

SÍNTESE DOS TEMAS TRATADOS NAS OFICINAS

SÍNTESE DOS TEMAS TRATADOS NAS OFICINAS

As oficinas de divulgação do edital seguiram o mesmo roteiro e utilizaram as mesmas apresentações:

- Mesa de abertura
- Apresentação dos participantes
- 1 - Apresentação DGM/FIP Brasil
- 2- Marco legal e controle social (Povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais)
- 3- REED e produção sustentável
- 4 - Apresentação do Edital I/2016
- 5 - Apresentação da manifestação de interesse
- 6 - Exercício de preenchimento de Manifestação de Interesse
- Encerramento

É apresentada a síntese dos debates estabelecidos a partir das exposições da equipe do DGM. Os debates foram organizados, neste relatório, em torno de considerações, questões e sugestões feitas pelos participantes relacionadas a cada tema.

1 - Apresentação do DGM/FIP realizada pela equipe do DGM Brasil

Power Point (inserir)

MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Considerações

São recursos do Banco Mundial, que continua investindo no agronegócio, no governo para continuar a velha política desenvolvimentista, destruindo o Cerrado.

São muitas as contradições relativas ao financiamento de países ricos, visto que são esses países os maiores promotores do consumismo que altera o clima.

Se nós não mudarmos o modelo social, vai ficar só nisso. Quem preserva são os povos, e o dinheiro internacional e o dinheiro público são investidos para desmatar. Teria que ter um conjunto para sentar com o governo.

2-Marco legal e controle social (Povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais).

Apresentação Marco Legal e Controle social

Power Point (inserir)

Considerações

- Os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, resistiram até hoje. Nós tivemos avanços nos marcos legais, mas também tem retrocesso. É tudo contraditório.
- A ADIN contra o decreto 4.778 que regulamenta a regularização fundiária para quilombola está parada no Supremo, mas há ação política para seu julgamento.
- A regularização fundiária é um processo longo e burocrático.
- Resistência é isso, a luta é essa. Eu vejo o projeto como uma oportunidade de marcar presença e demarcar espaço.
- Quando se trata de marco legal é importante colocar sobre o custo/oportunidade disto. É importante valorar isso em termos econômicos. Dar visibilidade econômica para a preservação das áreas realizada pelas comunidades tradicionais.
- Descrença das políticas aprovadas gera dificuldade de estimular a participação da sociedade brasileira. Tem políticas, em função da pressão, mas, o Estado não tem política. É claro que a Lei do Babaçu Livre não funciona. O investimento na participação, na gestão das políticas, foi tudo por água abaixo, em função dos projetos do agronegócio, hidroelétricas. O governo pega o recurso e desvirtua.
- Destacada a importância de estratégias para acessar o recurso e implementar leis que protejam as atividades de povos e comunidades tradicionais.
- É importante denunciar o que está aí, acontecendo. Utilizar o espaço para colocar a contradição.

Perguntou-se aos participantes, quais seriam as outras instâncias e marcos legais relativos aos povos e comunidades tradicionais?

As principais Instâncias e Marcos legais apresentados pelos participantes foram:

- ICMS-ecológico - No Estado do Tocantins, Apinajé. Krahô, Xerente.
- Lei do Babaçu Livre das Quebradeiras de Coco. No Tocantins tem a lei aprovada. No Piauí a lei está encaminhando.
- Recebem o recurso por conta da unidade de conservação e pelas comunidades indígenas.
- Tocantins- Portaria 362/07 – portaria que regula a partir da pressão das comunidades do Jalapão – gerou dois mapas – atualmente está em pauta a política do uso do capim dourado e do buriti.
- Foi aprovado o zoneamento ecológico do Tocantins. Sem muita efetividade

Questões

- Como o DGM pode apoiar a organização de povos e comunidades tradicionais no âmbito do fortalecimento dos marcos legais?
- O DGM pode ajudar no autoreconhecimento, reconhecimento identitário?

Sugestões

- Colocar nos editais os marcos legais que são referência para análise.
- Melhorar a linha temática de apoio à organização de povos e comunidades tradicionais. Da educação, educação indígena, educação do campo.
- Fazer uma discussão mais política, sobre a lei do bacuri, lei do pequi, e do reconhecimento que são as comunidades tradicionais que mantém a área.

3- REED e produção sustentável

Apresentação REDD

Power Point (inserir)

Considerações

Receios e preocupações

- Cautela. Os recursos tem origem nos países que mais poluem e mais degradam. Será que mais uma vez não estaremos submetendo as comunidades a uma troca desigual de espelhos e miçangas?
- O mesmo mercado que produziu o desmatamento, agora quer resolver o problema?
- Coloco uma interrogação sobre o tipo de floresta que querem no REDD. O questionamento é: que não dá para aceitar qualquer proposta. Devemos analisar com muito cuidado.
- Fiquei preocupado pela questão do REDD. Vão levar a discussão do modelo de agronegócio, do eucalipto, dizendo ser sustentável.
- O projeto internacional vindo para o nacional, não dá para confiar. Visto o que aconteceu com os Munduruku, que não dá certo. Porque eles estão interessados na nossa terra.
- A relação do REDD está cheia de contradições, surgiu de cima para baixo de um viés internacional para um nacional. A questão do capitalismo.

Mercado de carbono

- A relação entre o REDD e os povos indígenas surgiu, em um primeiro momento, dentro de uma discussão focada para o mercado de carbono. Em decorrência disso, foram preparadas várias discussões e materiais informativos ampliando essa discussão para além do próprio mercado.
- O mercado de carbono para povos indígenas e comunidades tradicionais pode ser uma armadilha. A questão mais importante para os povos indígenas é a liberdade. Temos uma dificuldade enorme e acabamos entrando em discursos que não são nossos e somos sempre pautados. Ficamos correndo atrás de um jogo que de repente já acabou.
- Foi lembrada a encíclica papal sobre a proteção ao meio ambiente.
- Falta habilidade para negociar isso com os investidores diretamente, também qualquer iniciativa não pode ferir a liberdade e autonomia no manejo e gestão dos seus territórios.
- Essa palavra REDD cada um de nós pode pensar em uma coisa diferente. Trata da comercialização do gás carbônico e oxigênio. Até mesmo onde nós preservamos, não temos o direito de usufruir. O agronegócio tem apoio para desmatar, mas ainda não temos acesso às políticas públicas, PNAE. Informar-se mais. Temos que pensar nessas coisas, como que a comunidade terá acesso e como implementar nas aldeias.

Oportunidade

- A questão do REDD deve ser uma proposição, um encaminhamento. O debate não desce até os municípios mais pobres, se consegue levar para o pequeno agricultor para as comunidades tradicionais, consegue viabilizar o CAR, ex.: prefeito de cidade pequena está preocupado com o asfalto, não está preocupado com REDD porque ele não tem conhecimento.
- REDD pode ser uma oportunidade para as comunidades acessarem recursos pelos seus serviços. Tem que haver mais clareza sobre o assunto.
- As comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, sempre prestaram esse serviço para a sociedade. Porém, o agronegócio está crescendo. A gente faz a nossa parte, mas se não tiver um mecanismo para frear o agronegócio, não tem jeito, eles têm muito mais poder de destruição e para eles tudo é facilitado.

Descrédito de políticas compensatórias

- Quando a gente ouve essa palavra REDD, para mim é um retrocesso. Há 12 anos eu participava de um programa que tratava disso. O pró-ambiente. Não é só de carbono que está se falando. Se não existe uma lei que permita pagar os serviços ambientais, quem tem que pagar por isso? Todo mundo já sabe, são as grandes empresas.
- REDD é um mecanismo criado como tantos outros, outros mecanismos também que na prática não funcionam. Essas grandes ONGs internacionais teriam que ser mais incisivas. Em um ano a Suzano chegou aqui no Maranhão e arrasou. Esse REDD é apenas para enganar.
- Ressalto que as águas estão sumindo por causa do eucalipto, soja e teca. Isso não é sustentabilidade, apesar de ser verde. Sustentabilidade é a floresta. São as nossas ações pequenas, que ainda estão dando sustentabilidade, mas o poder é do eucalipto, que pode tudo e é financiado.
- Eu trabalho com seis terras indígenas. Os fazendeiros recebem dinheiro para fazer desmatamento e nós não recebemos nada para conservar. Nós estamos enfrentando grandes empreendimentos como ferrovia norte-sul, barragens no Tocantins, monocultura. Temos vários conflitos com o governo do município, do Estado e da União. São negados nossos direitos dentro desse país.
- Discussão do REDD vai além da preservação. Não é só uma troca, se for só marketing não vale a pena.
- Representa uma rede de conservação versus reconhecimento, estamos ainda na luta pelo território, eles vêm e nos enfia por goela abaixo esse REDD. Será que isso vai impedir que a gente plante, enquanto o agronegócio destrói tudo, passa o agrotóxico por cima da nossa casa. Precisamos compreender.

Cultura

- O REDD é uma imposição capitalista, do mercado e do agronegócio. Onde eles estão investindo na questão do Brasil. Eles estão investindo nas áreas indígenas. Para fazer contratos. Se a gente fizer contratos com eles, a gente não vai poder continuar com nosso jeito, a nossa cultura.
- REDD é uma espécie de guarda chuva grande que os países industrializados colocam para os países em desenvolvimento. Temos de ter cuidado para como

inserir, estamos no mundo capitalista, e nós? Nós temos nossa cultura. Qual o modelo que está por trás disso? É um modelo que contribui para fortalecer a cultura ou minar?

- Falta amadurecer, não é uma questão de posição, é uma questão de entendimento e amadurecimento. O debate está fragmentado
- Precisamos conhecer e analisar de forma crítica. Quais efeitos serão gerados nas comunidades? REDD vai fortalecer a lógica da mercadoria nas comunidades.
- É preciso entender que é contraditório. A gente vai querer acessar essa lógica dos projetos? Gerir um projeto que não é na lógica da comunidade. A colonização às vezes não vem de forma direta, vem de forma indireta.
- Até que ponto que essa lógica da natureza como mercadoria não está sendo implantada com o REDD?
- A questão do REDD, não é uma estratégia de garantir a diversidade ambiental. Isso é “bem comum”? Colocar preço, financeirizar a natureza, mudar a cultura!

Questões

- Como DGM poderá contribuir para levar o debate do REDD para as comunidades tradicionais?
- Qual a vinculação da discussão do REDD com o edital? Os projetos DGM Brasil devem estar vinculados ao mecanismo REDD?
- Como se darão os valores para a venda do carbono, sendo que não somos nós que o estipulamos, mas sim os outros? O valor do REDD será definido em bolsa de valores? Estamos preparados para isso?
- Os recursos virão via projetos e fundos ou direto para as comunidades?
- O cálculo de carbono é feito por biomassa. A preocupação é a sobreposição do REDD ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Como que se relacionam o REDD e outros programas de Pagamento por Serviços Ambientais?
- Sobre as estratégias de implementação do REDD no Brasil, não haverá consultas públicas?
- As instâncias de controle social estão discutindo o assunto?
- Com os mecanismos de REDD, não existe o risco de criar uma lógica de monetarização positiva de degradação ambiental em outros espaços?
- Quais mecanismos podemos desenvolver nas comunidades rurais, para que os agricultores se apropriem das informações? Pode o projeto contribuir para isso?
- Qual impacto para a cultura indígena? Como vai ser o pagamento por esses serviços ambientais?
- A sociedade civil tem que ter proposta para reverter. Pedimos apoio para a construção do mapa do cerrado. Será que o projeto poderá apoiar?

Sugestões

- O REDD deve atacar desmatamento ilegal “consentido”.
- Apontar as contradições do REDD. Se não houver uma medida dura para bloquear o agronegócio, não funciona.
- Precisamos de um seminário só para discutir REDD, tem que ter mais informações para discutir isso. É compensatória e contraditória.

- Ajudar a acabar com essa história de compensação de degradar ali, para compensar aqui.
- REDD deveria ser esclarecido para as grandes empresas, e não só para comunidades tradicionais. Porque que as grandes empresas não trabalham com REDD? Em vez delas pagarem, deveriam mudar, poluir menos.
- Destacar qual a relação entre o REDD e os Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCT): quando surgiu o REDD surgiu como necessidade de redução de emissões, associada ao manejo sustentável e a proteção ambiental. Os PIQCTs já fazem uso sustentável dos recursos naturais.

4 - Apresentação do Edital I/2016

Power Point Inserir

Durante a apresentação de cada parte do Edital I/2016, todas as dúvidas e questões dos participantes foram esclarecidas.

Questões

Sobre a apresentação das propostas:

- As organizações que compõem o CGN poderão apresentar propostas? Sim.
- Um mesmo grupo, com diferentes associações, pode apresentar mais de uma proposta? Sim, porém, a análise e seleção de projetos irá levar em conta a diversidade de regiões e comunidades existentes no bioma Cerrado, em um contexto de recursos escassos.
- Grupos que ainda não estão com associações regularizadas poderão apresentar proposta? Associações não regularizadas não podem ser proponentes, porém, o grupo pode apresentar proposta através de outra organização parceira regularizada.
- Uma organização de apoio que apresentar proposta por um grupo comunitário, poderá ficar com parte dos recursos? Se estiverem previstas no projeto ações e atividades a serem executadas pela organização de apoio, sim.
- É necessário CAR para apresentar proposta? Não.
- Tem problema se o projeto estiver nas proximidades de sítios de interesse e valores culturais? Não. No entanto deve-se prever todo e qualquer impacto que o projeto possa causar ao sítio e seu entorno, bem como medidas preventivas e de mitigação, caso seja exequível o projeto.

Sobre Financiamento e organização do projeto:

- Quem delibera sobre a aprovação final dos projetos a serem aprovados? O CGN - Comitê Gestor Nacional.
- No que se constituem as visitas a campo? Estão previstas três visitas a campo: a primeira de checagem de informações, análise de propostas e marco zero (informações iniciais de partida para o monitoramento); a segunda visita de campo de acompanhamento e monitoramento do projeto; e a terceira visita de acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto (marco 1).
- Qual a previsão de prazos para execução do fluxo? A previsão de divulgação do resultado final da seleção é para a segunda quinzena de agosto.

- Há possibilidade do projeto financiar mapeamento de impactos ambientais? – Balsas/MA – caberia dentro da proposta? Sim.
- O FIP financia outros programas além do DGM? Sim.
- O CAA/NM cobre boa parte do norte de Minas, como ficarão essas comunidades que o CAA/NM apóia? Pois ele não poderá fazê-lo? Outras organizações parceiras na região devem apoiar os grupos e comunidades a apresentarem suas propostas.
- Em muitas regiões do Brasil vamos encontrar áreas sobrepostas por conflitos de interesses. Como será o tratamento disso dentro do DGM? Em áreas sob disputa ou conflito, cada situação será analisada caso a caso.
- Assentamento que não está regularizado pode apresentar proposta? Sim, desde que constituído de membros de comunidades tradicionais.
- Entra também o apoio a ações de mobilização visando territórios indígenas não titulados? Sim.
- Comunidades tradicionais, como que vão fazer a identificação? Através da autoidentificação e autodeclaração, entre outros meios.
- Uma associação que nunca tenha desenvolvido nenhum projeto pode apresentar proposta? Sim. Não é exigido tempo mínimo de existência da constituição da organização.
- Pode apresentar para 2 terras indígenas? Um projeto pode envolver 2 terras indígenas ao mesmo tempo e ser apresentado por uma associação? Sim.
- A associação que perdeu sua ata de fundação pode apresentar proposta? Não. A ata de constituição da organização é documento necessário para habilitação da proponente. No caso de perda o responsável deve procurar o cartório onde foi realizado o registro da ata e requerer uma segunda via.
- As propostas selecionadas pelo CGN serão aprovadas mesmo sem que os projetos técnicos estejam elaborados? Sim.
- A manifestação de interesse tem que ser apresentada antes do projeto? Sim.
- Das questões de 06 a 09, do item 4. "Linhas Temáticas", porque o mesmo critério não é considerado para territórios indígenas (territórios não demarcados)? Porque o processo de em terras indígenas tem sua especificidade.
- Universidades podem apresentar projetos? Não.
- Órgãos de governo podem apresentar projetos? Não
- Uso e aquisição de álcool de cereais é permitido para produção de produtos fitoterápicos (medicina tradicional)? Sim.
- Admite-se o plantio de espécies econômicas, visando o uso/corte no futuro? Sim, desde que atenda à legislação ambiental vigente.
- É possível fazer atividades em Área de Preservação Permanente (APP)? Sim, desde que não resulte em prejuízos em termos ambientais e siga a legislação prevista no Código Florestal Brasileiro e demais normas ambientais relacionadas à Recuperação e Preservação de APP.
- É possível acrescentar espécies nativas? Sim
- Não posso misturar as janelas, ou seja, consorciar mercado com preservação ambiental? Pode. Por exemplo, daria para conciliar, em um único projeto, a

janela do tipo gestão de recursos naturais + projetos orientados para o mercado, possibilitando melhoria de renda.

- Parcialmente inserido no bioma Cerrado quer dizer o quê? Que o projeto esteja inserido parcial ou totalmente nos municípios que compõem o mapa de vegetação do bioma Cerrado IBGE.
- Na salvaguarda do banco há exigência de licenciamento ambiental? Como seria estratégia do CAA/NM em relação a isso? Além das salvaguardas do Banco Mundial, todo projeto tem que cumprir também a legislação ambiental nacional. Em caso de projeto que requerer licenciamento ambiental para sua implementação, o serviço de consultoria para a realização desta atividade deve estar prevista no orçamento do projeto.
- Há alguma indicação de percentual para aplicação em recurso humano? Não. Depende de cada projeto.
- O Piauí está no Cerrado – a organização interestadual pode propor? Sim
- A análise do projeto é feita por quem? Pela equipe chave e de apoio do projeto DGM. Em última instância os projetos são aprovados pelo CGN - Comitê Gestor Nacional.
- Vai haver possibilidade de readequação entre manifestação de interesse e apresentação do projeto final? Ajustes e adequações estão previstos na fase de elaboração do projeto final.
- O projeto financia capital de giro? Não.
- Contratação de mão de obra, prestação de serviços, pode? Sim.
- Pode ocorrer o remanejamento de recursos e atividades? Desde que justificado e que demonstre a necessidade do remanejamento para o alcance dos objetivos do projeto.
- Qual o destino dos bens adquiridos pelo projeto? Mesmo que a nota saia em nome do CAA/NM, ao final da execução e após parecer da Assembléia Geral do CAA/NM, os bens passíveis de doação serão transferidos para organização proponente ou comunidade beneficiária.
- Se o município estiver em áreas de transição (cerrado e mata seca, por ex.), pode apresentar proposta assim mesmo? Desde que o município faça parte da lista dos municípios do mapa de vegetação do bioma Cerrado IBGE.
- Quando a área é coletiva não precisa ter autorização? Tem que ter o aceite da comunidade para ações em áreas coletivas.
- Quando considera o início do projeto? A partir da assinatura do Termo de Doação entre a organização proponente e o CAA/NM.
- Na apresentação de outros grupos, vi a experiência de gestão de território. A minha dúvida é o seguinte: onde entraria? A princípio parece mais adequado no Tipo de projeto Gestão dos Recursos Naturais. Ou mesmo Respostas Imediatas às Ameaças e Vulnerabilidades, dependendo da natureza do problema que se quer solução.
- Em comunidades tituladas ou não tituladas, poderíamos pensar um plano que envolvesse todo o território sendo que uma parte esta titulada e outra não está titulada? Sim.
- Uma capacitação, como vai ser a questão financeira? O CAA/NM vai pagar direto a capacitação? A princípio sim. Será feito um termo de referência para

seleção e contratação de consultor e o serviço será pago diretamente pelo CAA/NM.

Carta de Anuência

- A carta de anuência é para quê? É para demonstrar que a comunidade está ciente de que o projeto está sendo elaborado por uma organização parceira de sua confiança e reconhecimento, uma vez que a comunidade ou grupo de beneficiários não possuem uma organização formalizada, constituída de CNPJ e outros requerimentos para apresentarem elas próprias a proposta.
- A carta quem dá é a comunidade? Sim, são os membros da comunidade beneficiária do projeto.
- Pode enviar vídeo que apresenta a anuência da comunidade? Neste edital não, porém, estamos colhendo sugestões para serem analisadas para o próximo edital.
- Se o projeto vai ser realizado em diferentes comunidades, é preciso ter carta de anuência de cada comunidade? Sim.
- Quem delibera são os líderes, os caciques, então, eles que dão anuência? Pode ser, desde que os membros da comunidade estejam cientes e de acordo com o projeto.
- A carta de anuência deve ser dada por todos os beneficiários? Ou só da associação vale? A carta de anuência é para demonstrar que a comunidade tem ciência do projeto e que o mesmo será apresentado por uma organização parceira legalmente constituída. Os representantes da associação podem apresentar esta carta de anuência e são responsáveis pela fidedignidade das informações que serão comprovadas quando da visita de campo.

Sugestões

Criação de um cadastro nacional para impedimento dos executores inadimplentes.

Estreitamento/fortalecimento da Rede Cerrado, visto que ela é composta por várias organizações comunitárias.

Envio de vídeo em substituição à carta de anuência da comunidades, quando necessário.

5 -Apresentação da manifestação de interesse

Exercício sobre a Manifestação de Interesse: aspectos abordados e onde os grupos tiveram mais dificuldade.

- No ponto de partida, na delimitação e formulação do problema.
- A questão temática tem que tomar cuidado por serem pequenos projetos. Não pode abraçar tudo o que está na temática, que é muito mais ampla. Recortar a área de trabalho para tornar a proposta exequível.
- Dificuldade em pensar a implementação: que teria também o papel de sensibilização da comunidade.
- Preparação da equipe local do projeto para atuar no campo do monitoramento.
- Durante o exercício o grupo teve dificuldade de construir as atividades.

- Dificuldade de trabalhar objetivo específico, sem trabalhar o geral.
- Dificuldade em enxergar possíveis mudanças no período de 24 meses.
- Entender que é possível colocar mais de uma linha temática.
- A questão que não apareceu no trabalho de grupo, em relação à contrapartida, o exercício se limitou a descrição do projeto e não abordou várias questões, vale a pena colocar contrapartida.
- Escolha adequada da janela ou tipo de projeto em função da natureza da proposta.
- A questão do universo da participação das mulheres e jovens é destacada, levando em consideração que os homens já estão incluídos.
- Dificuldade de monitoramento de atividades subjetivas. Ex.: Sensibilizar/Sensibilização.

Considerações e sugestões:

- Tempo do projeto (dois anos) dependendo da ação não é exequível se exige mapear o que está sendo perdido, planejar e executar planos de recuperação. Sugere-se ampliação do prazo de execução de projetos desta natureza.
- Fazer uma conversa no âmbito do Estado e municípios, para que os mesmos compreendam a natureza do projeto e ajudem na sua execução . Isso é de extrema importância, sobretudo onde o Estado pode atrapalhar muito.

AVALIAÇÃO DAS OFICINAS

AVALIAÇÃO DAS OFICINAS

Ao final das oficinas foi aplicada uma avaliação com o sistema ODK - Open Data Kit que é um sistema operacional criado pela Google para coleta de dados e o envio de dados a um servidor de forma on-line, a partir de dispositivos móveis. Dentre os participantes, 103 fizeram a avaliação da oficina respondendo algumas questões (as questões seguem em formulário anexo). Com base nas avaliações respondidas foram destacados:

Tipos de instituição

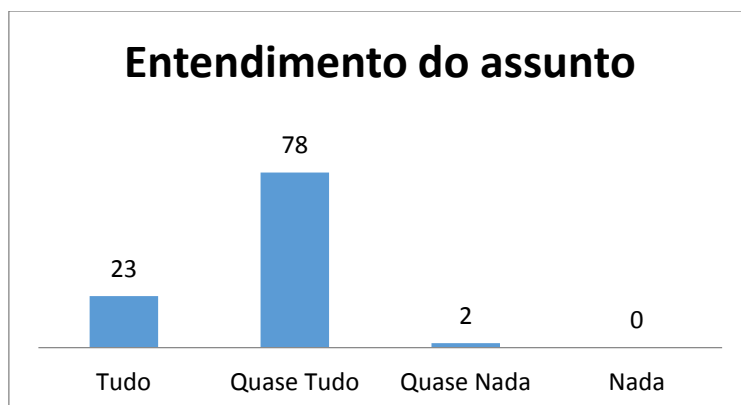
Em relação aos tipos de instituição dos participantes das oficinas, das cento e uma pessoas que responderam esta questão: 30% pertenciam a instituições de apoio e assessoria; 15% pertenciam a instituições relacionadas às comunidades Quilombolas, 14% eram ligadas a organizações indígenas e 8% ligadas a organizações de comunidades tradicionais.



Um quarto das pessoas que responderam a avaliação, 25%, declarou pertencer a outras instituições, tais como organizações da agricultura familiar, Estado, universidades, entre outras.

Entendimento do Assunto

Em relação ao grau do entendimento do assunto, 103 pessoas responderam à pergunta. Escolheram entre as opções: entenderam tudo, quase tudo, quase nada e nada. A maioria, 76% alegou ter entendido quase tudo, 23 alegaram ter entendido tudo (22%) e nenhum alegou ter entendido nada.



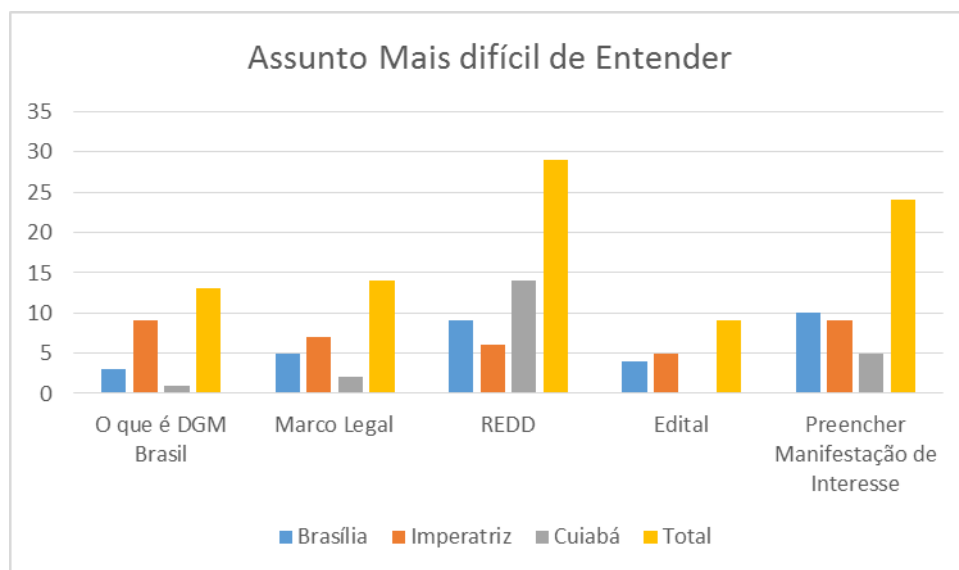
Ainda, sobre o entendimento do assunto, estratificando pelo tipo de instituição, temos a seguinte divisão: entre os que entenderam quase tudo, 28% eram de instituições de apoio e assessoria; seguido de 26% de instituições indígenas, 19% quilombolas e 14% comunidades tradicionais; conforme apresentado no gráfico abaixo:



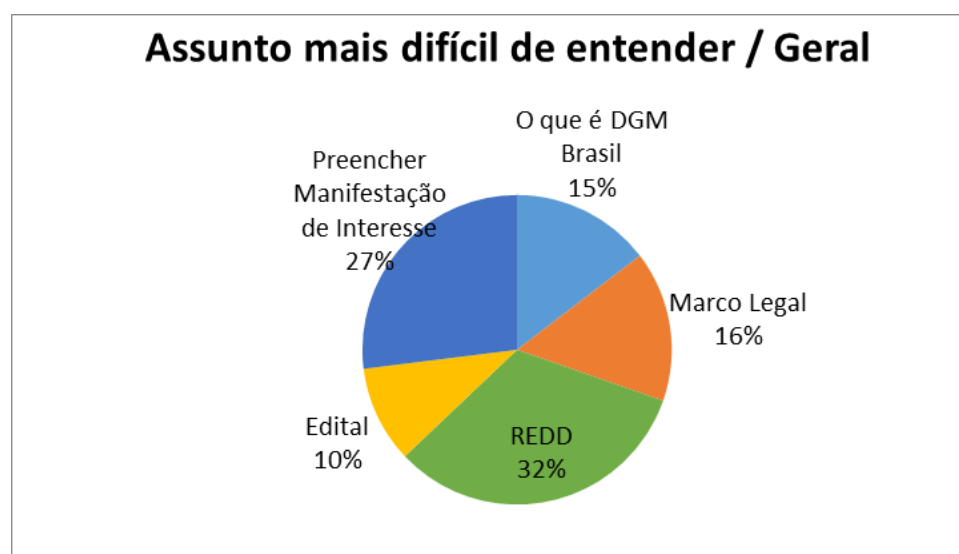
Assuntos abordados

Em relação ao entendimento dos assuntos abordados: (1) O que é DGM Brasil; (2) Marco Legal; (3) REDD; (4) Edital; e (5) Preenchimento da Manifestação de Interesse, reunindo as informações das três oficinas, os participantes alegaram ter tido maior dificuldade com o tema (3) REDD e maior facilidade de entender o tema (4), o Edital.

Isso indica que o exercício prático de elaboração da Manifestação de Interesse foi uma estratégia acertada para os participantes compreenderem e se apropriarem do Edital.



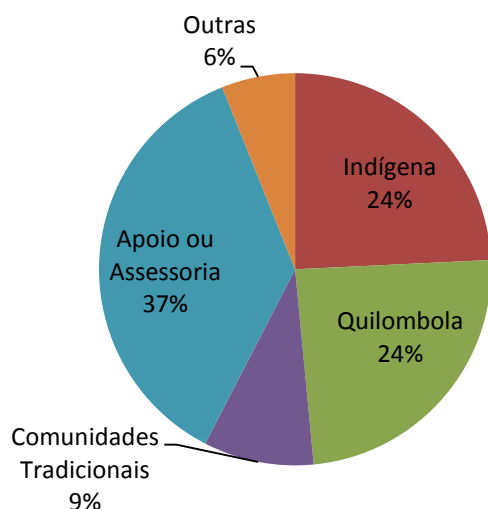
Na oficina de Brasília o assunto mais difícil de entender foi a manifestação de interesse. Na oficina de Imperatriz, o que é DGM Brasil e manifestação de interesse foram considerados os assuntos mais difíceis de serem entendidos. E na oficina de Cuiabá, REDD se destacou como o de mais difícil entendimento.



De forma geral o assunto que teve menos dificuldade de entendimento foi sobre o que é o DGM Brasil.

Em relação ao assunto mais difícil de entender, estratificado por instituições, foram os participantes ligados às instituições de assessoria que tiveram maior dificuldade de entender o tema REDD, conforme apresentado no gráfico a seguir:

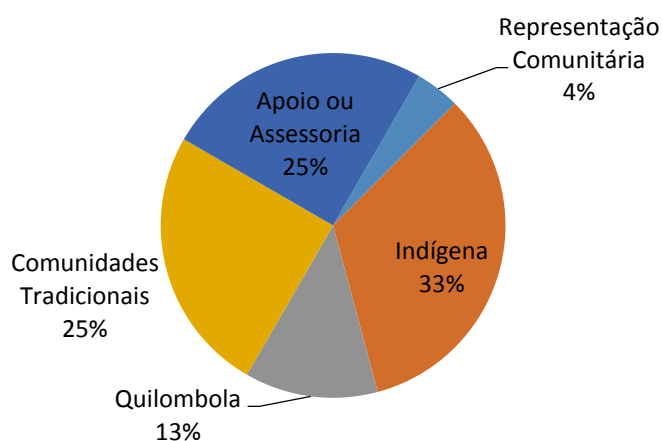
Assunto mais difícil REDD por tipo de Instituição participante



Manifestação de interesse

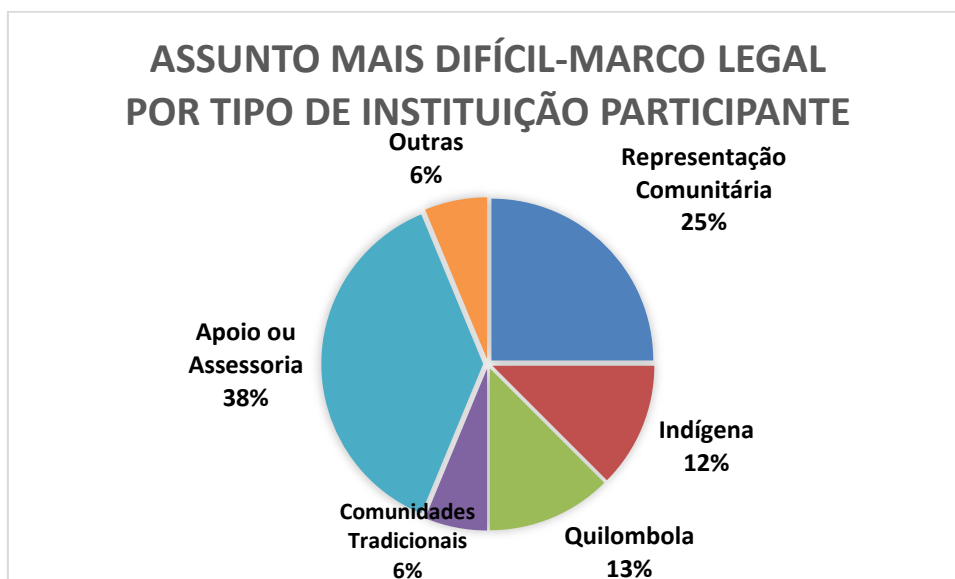
Em relação à manifestação de interesse, as instituições relacionadas aos indígenas tiveram mais dificuldade. 33% das instituições indígenas consideraram a manifestação de interesse o assunto mais difícil.

Assunto mais difícil - Manifestação de interesse por Tipo de instituição participante

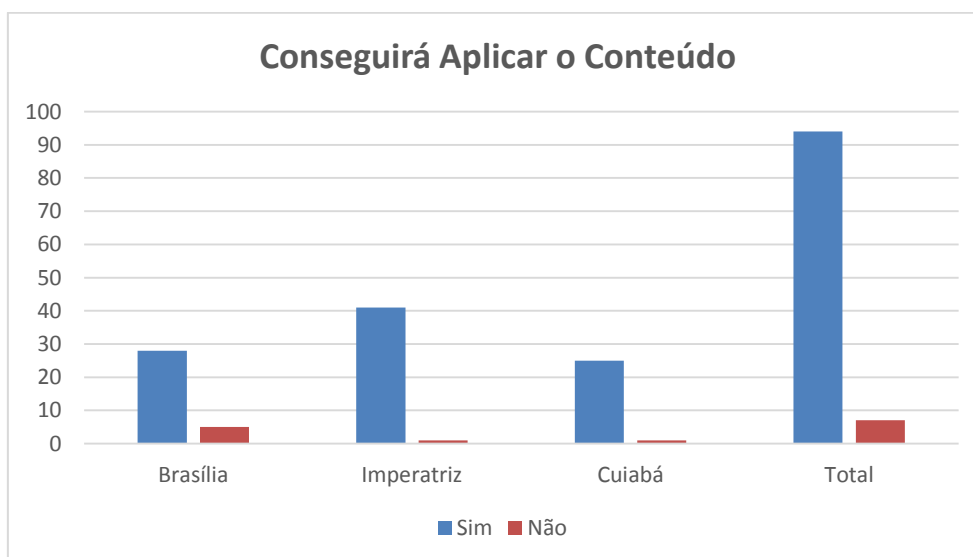


25% das instituições de comunidades tradicionais e 25% das instituições de apoio ou assessoria consideraram o preenchimento da manifestação de interesse o assunto mais difícil. Tiveram a mesma opinião 13% das instituições Quilombolas e 4% das representações comunitárias.

Em relação ao Marco legal, as instituições de apoio e assessoria foram as que tiveram mais dificuldades. 38% das instituições de apoio e assessoria consideraram o marco legal o assunto mais difícil.



Em relação à pergunta: se conseguirá aplicar o conteúdo? Considerando as três oficinas, 93% dos participantes, 94 pessoas, alegaram que sim.



Na oficina de Brasília, onde os participantes manifestaram maior dificuldade em aplicar o conteúdo, 5 dos participantes alegaram a dificuldade. Assim como 1 participante em Imperatriz e 1 em Cuiabá.

Link para programação das oficinas.

Link para o arquivo lista de presença Brasília

Link para o arquivo lista de presença Imperatriz

Link para o arquivo lista de presença Cuiabá